



“RODOVIA RAPOSO TAVARES”

**SETOR PRODUTIVO SE MOBILIZA E DER VAI ESTUDAR
DUPLICAÇÃO DO TRECHO DE CAMPOS DE HOLAMBRA**

(Página 3)

**ASPIPP trabalha por vaga no
no Conselho Estadual de RH**



(Página 5)

“DE OLHO EM BRASÍLIA”

**Indexação da cobrança do uso da água
pelo IPCA será discutida no dia 19**

(Página 5)

DESENVOLVIMENTO

**Oficina articula Sudoeste Paulista para
implantar Centro de Desenvolvimento**

(Página 7)

“Uma boa consciência é um Natal contínuo”

(Benjamim Franklin)



Expediente:

ASPIPP EM AÇÃO é uma publicação de circulação digital e quinzenal da Associação Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha - ASPIPP

DIRETORIA

PRESIDENTE:

Maurício Swart

VICE PRESIDENTE:

Hubertus Derks

1º TESOUREIRO

Ricardo Swart

2º TESOUREIRO

Luiz Fernando Doneaux Jr.

1ª SECRETÁRIA

Vanessa Van Melis

2ª SECRETÁRIO

José Maria Maschietto Jr.

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Willian Alexandre Eltink
Patrick Johannes Beckers
Fábio Adriano Van den Boomen

SUPLENTES

Marcelo Justo de Almeida
Ricardo João de Bruijn
Fábio Stecca D'Angiere

COORDENAÇÃO GERAL

Priscila Silvério Sleutjes

SECRETARIA EXECUTIVA

Uiara Valim

FINANCEIRO

Elaine Cassú

PROJETO GRÁFICO E TEXTOS

Eduardo Henrique Eltink
Jornalista | MTB-0085005/SP
Eltink Comunicação Estratégica
(15) 3346.4908 | (15) 99787.5082

Endereço:

Av. das Posses, 120 - Centro
Distrito Campos de Holambra
Paranapanema (SP) | CEP 18.725-000
(14) 3769.1788
aspipp@aspipp.com.br

Acesse nosso site:

www.aspipp.com.br

ENTREGOTAS

IRRIGANDO COM MAIS INFORMAÇÃO

Exportando 'Know How'

O eficiente trabalho de representação da ASPIPP juntos aos diversos órgãos públicos, tem inspirando instituições representativas do setor do agronegócio. No último dia 5, por exemplo, a diretora Executiva da ASPIPP, Priscila Sleutjes, esteve reunida com diretores da Associação de Bataticultores da região de Vargem Grande do Sul, para apresentar um pouco das ações, propostas e conhecer o que a ASPIPP tem feito em defesa do agricultor irrigante. Um trabalho que entusiasmou os diretores da Associação e que, de quebra, gerou valor para o fortalecimento institucional da marca ASPIPP.

Audiência no DER

Sem dúvidas que a mobilização do setor produtivo foi determinante para sensibilizar o superintendente do DER, Ricardo Volpi, a buscar uma alternativa técnica para duplicar a Rodovia Raposo Tavares, no trecho do Distrito de Campos de Holambra. Com números contundentes e reais, discurso alinhado e assertivo, além da pontualidade holandesa que surpreendeu Volpi, Simon Veldt (Cooperativa Holambra), Márcio Van Melis (APPA) e Maurício Swart (ASPIPP), com o apoio do secretário da Agricultura e Abastecimento Arnaldo Jardim, fizeram o que muitos que estavam naquela sala não fizeram em anos de "trabalho". Uma verdadeira aula de política e gestão.

Registrando

Consoante ao trabalho realizado pela ASPIPP, recebemos do vereador de Paranapanema Maurício Ibanez (PV), imagens de um ofício protocolado pelo governador Geraldo Alckmin, na qual reivindica duplicação do trecho próximo ao Trevo de Campos de Holambra. Registrado!

Indexação

Para combater a crise, num cenário de

hiperconcorrência, empresas trabalham essencialmente para melhorar a qualidade do gasto. Já o Governo Federal anda justamente na contramão, pois seu esforço é para aumentar a "qualidade" da sua receita. Nesta esteira é que surgem, por exemplo, a tentativa de indexar a cobrança do uso da água pelo IPCA-IBGE. Se o ministro Sarney Filho, que preside o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no próximo dia 19, resolver bancar o "Papai Noel às Avestas", a agricultura irrigada pode amargar um presente indigesto para 2018. Somente o aniversariante Jesus é que pode nos ajudar nesta causa...

Funcionamento ASPIPP

Em decorrência das comemorações de final de ano, o expediente da ASPIPP será suspenso na semana entre o Natal e Ano Novo, devendo encerrar na próxima sexta-feira (22), às 17h e ser retomado na primeira terça-feira de 2018, ou seja, no dia 02 de janeiro, às 7h30. Contudo, a equipe permanecerá atenta aos canais digitais de comunicação de comunicação caso associado necessite de alguma orientação. Desde já, desejamos boas festas a todos.

Filosofando

Em nossa miserável condição humana, temos dificuldades de convivência e encontramos barreiras intransponíveis para aceitar o que é diverso. Muitas vezes, tentamos controlar a si e as situações circunstanciais, mas, vez por outra, acabamos por explodir em reações e emoções, quando não, tomados por ressentimentos, desacatamos o mandamento divino de amar o próximo, tomando a triste decisão do afastamento e isolamento. Lamentável, afinal de contas, a controvérsia nos é necessária para depurarmos a nossa essência, nossa forma de agir e pensar! Aceite o diverso, exercite-se em amar e viva melhor! Pense nisso...



“Rodovia Raposo Tavares”

Setor produtivo se mobiliza e DER vai buscar alternativa técnica para duplicar o trecho de Campos de Holambra

A mobilização do setor produtivo foi positiva e a audiência ocorrida na última quarta-feira (06), na Superintendência do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP), fez aumentar as expectativas quanto à duplicação do trecho da Rodovia Raposo Tavares (SP 270) que perpassa pelo distrito de Campos de Holambra. Instituições de produtores com atuação no sudoeste paulista e que foram representadas nesta reunião defendem que a duplicação é fundamental para melhorar a logística de escoamento da produção agrícola da região.

O projeto do DER que está em fase de licitação prevê que dos 126 quilômetros da rodovia Raposo Tavares que receberão investimentos para modernização, na ordem de mais de 600 milhões de reais, compreendidos entre o KM 169 (Itapetininga) e KM 295,4 (Piraju), apenas 26,6 quilômetros é que serão efetivamente duplicados, beneficiando os municípios de Itapetininga (5,9km), Angatuba e

Campina do Monte Alegre (13,3km) e Paranapanema (7,4km). Outros 100,6 quilômetros serão recuperados com implantação de 3ª faixa, sendo 54,8 km na pista direita e outros 62,40 na pista esquerda.

Trecho Campos de Holambra

Com o apoio do secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Arnaldo Jardim, os presidentes da Associação Sudoeste Paulista de Irrigantes e de Plantio na Palha (ASPIPP), Maurício Swart e da Cooperativa Agro Industrial Holambra, Simon Johannes Maria Veldt, além do diretor da Associação Paulista de Produtores de Algodão (APPA), Márcio Van Melis – que representou o presidente Peter Derks –, discutiram diretamente com o superintendente do DER, Ricardo Volpi, alternativas para viabilizar a duplicação, a partir do KM 243,5 (antes da Unidade Cooperativa em Paranapanema) e o KM 256 (no Distrito de Campos de Holambra). (...)

(...) Para atender essa demanda, as equipes técnicas do DER e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estudarão alternativas técnicas para a inclusão da faixa adicional e ainda de remanejamento do trecho duplicado que se inicia no km 240,3 (acesso da Estação Ecológica de Paranapanema), para que seja iniciado a partir do KM 243,5 e, desta forma, possibilite a cobertura dos dois pontos logísticos estratégicos de armazenagem e beneficiamento de cereais da região sudoeste paulista. “A obra está em licitação, mas vamos estudar com muito carinho essa proposta”, comentou Ricardo Volpi

Produção vai crescer

Para o presidente da Cooperativa Holambra, Simon Veldt, a duplicação deste trecho é fundamental para que obtenha melhor fluxo de trânsito dos veículos pesados, em face da crescente produção agrícola da região. “Nossa previsão para o próximo ano é de que sejam movimentados aproximadamente duzentos e noventa mil toneladas de grãos neste trecho, o que representa dizer que teremos um fluxo aproximado de 10 mil viagens de caminhões bi trens, com expectativa de aumentarmos ainda mais essa produção para os próximos anos”, disse.

De acordo com Simon Veldt, nos últimos quinze anos, a produção da nossa região foi multiplicada por dez. “Saímos da armazenagem de trinta mil toneladas para essas duzentos e noventa mil toneladas. E a gente tem total confiança que vamos multiplicar por dez mais uma vez nos próximos dez anos. A gente vem crescendo de dez a quinze por cento ao ano, então a duplicação desta rodovia é

fundamental não apenas para nós da Holambra, mas para toda região sudoeste, onde a produção de cereais de São Paulo está crescendo muito rápido e precisa desta rodovia”, finalizou.

Caminhões voltarão

Já o presidente da ASIIPP, Maurício Swart, alerta que “caso o trecho de Campos de Holambra não seja duplicado, mesmo com as obras de modernização, o tráfego de veículos, especialmente de caminhões, será intensificado”, enfatiza. “Hoje muitos caminhões optam por pagar pedágio e trafegar pela rodovia Castelo Branco, justamente para fugir das péssimas condições da Raposo Tavares. Mas, tão logo as obras de modernização sejam concluídas, todo esses veículos voltarão a trafegar pela pista que, segundo o governador, não cobrará pedágio. O ideal era duplicar toda a extensão, contudo, se não é possível, temos que pelo menos tentar duplicar os pontos de maior periculosidade e neste sentido é que estamos trabalhando”, conclui o representante dos irrigantes.

Sudoeste Representado

Juntamente com os representantes da ASIIPP, da Cooperativa Holambra e da APPA, o setor produtivo da região também esteve representado na reunião pelo diretor de Expansão da Rede Graal, Nivaldo Nogueira; pelo representante da Unidade Monsanto em Itaí, Roni Silva; além de autoridades e lideranças da região, como o prefeito Antônio Hiromiti Nakagawa (Paranapanema) – que enalteceu a necessidade do trevo da Serrinha – a prefeita Simone Marquette (Itapetininga), vereadores, secretários, técnicos do DER-SP e o deputado Edson Giriboni (PV). **(Da Redação)**



Indexação da cobrança do uso da água pelo IPCA será discutida no dia 19



Assunto foi amplamente discutido pelas entidades de irrigação, na última reunião da CTASI, em Brasília (DF)

Todas as atenções das entidades que representam a agricultura irrigada estarão voltadas para Brasília (DF), na próxima terça-feira (19), mais especificamente para o prédio do Ministério do Meio Ambiente. É de lá que sairá a decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que poderá indexar os preços da cobrança pelo uso da água pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ao Consumidor Amplo – o nosso IPCA/IBGE – nas bacias de domínio da União.

A medida vem sendo debatida pela Agência Nacional de Água (ANA) e entidades representativas desde 1997, com o advento da lei que definiu a cobrança como instrumento de gestão dos recursos hídricos, todavia, ganhou força no último ano. O assunto chegou próximo de ser votado em outubro, durante a última reunião ordinária do CNRH, no entanto, dado a pedido de vistas, o Conselho Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA Brasil) conseguiu retirar o assunto de pauta e, com isso, as entidades que representam o produtor irrigante ganharam fôlego para debater o tema e buscar amparo legal para que se evite a cobrança.

Vai onerar?

O coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias Filho, afirma que, da forma como está, caso seja aprovada, a indexação da cobrança pelo uso da água pelo IPCA pode onerar em até 90% o custo de produção da atividade agropecuária. Ele afirma que a metodologia

de cobrança é inviável e economicamente incompatível com a atividade rural. Ele exemplifica a situação do produtor de Paracatu, Minas Gerais, que paga atualmente 4.710 reais por ano e passará a pagar 7.938 reais pelo uso da água.

Para a diretora Executiva da ASPIPP, Priscila Silvério Sleutjes, além da inviabilidade econômica, a aprovação da medida, muito embora não impacte diretamente na bacia do sudoeste paulista, enfraquece o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, na medida em que criará um modelo de instrumento de cobrança equivocado e que poderá ser replicado em outras tantas bacias.

Articulação e representação

O tema foi amplamente discutido na última reunião da Câmara Técnica de Agricultura Sustentável e Irrigação (CTASI), no último dia 28, em Brasília. A entidade vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), congrega as principais entidades agros da irrigação do País, inclusive a ASPIPP. Para defender a posição do setor, a CNA alinha um parecer jurídico embasado, na tentativa de sensibilizar o colegiado e obter êxito na difícil missão em benefícios dos irrigantes. A primeira estratégia de Nelson Ananias e Ivo Melo, representantes do segmento Irrigação no CNRH, é evitar que a votação seja em bloco, o que amplia as chances de aprovação. O possível foi feito. Somente nos resta aguardar. Quem viver, verá! **(Da Redação)**

ASPIPP luta por vaga no Conselho Estadual de Recursos Hídricos



Entidade já acompanha todas as decisões e reuniões do CRH e agora quer ampliar representação no órgão

A Associação Sudoeste Paulista de Irrigantes e Plantio na Palha (ASPIPP) quer ampliar sua representação e participação nas decisões referentes aos recursos hídricos do Estado de São Paulo. Representando mais de 140 produtores irrigantes, que juntos somam mais de 60 mil hectares de cultivos irrigados em pelo menos 12 municípios da região, será uma das entidades que pleitearão vaga no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no processo eleitoral que transcorrerá durante os primeiros meses de 2018.

O calendário eleitoral, com todos os procedimentos para o cadastramento, eleição e indicação dos representantes das entidades do segmento Sociedade Civil no CRH para o biênio 2018-2020, foi aprovado no último dia 11, durante reunião do Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo que foi presidida pelo secretário de Estado Benedito Braga (Saneamento e Recurso Hídricos), no Palácio dos Bandeirantes, acompanhada ainda pela secretária adjunta, Monica Porto; do secretário adjunto do Meio Ambiente, Eduardo Trani; pelo Secretário Executivo do CRH, Rui Brasil Assis; e também do Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Ricardo Borsari.

Legítima Representante

De acordo com a diretora Executiva da ASPIPP, Priscila Silvério Sleutjes, “nos últimos anos, mais fortemente

no último biênio, acompanhamos todas as reuniões e decisões do órgão”, disse. “Considerando que somos a única entidade do Estado, inclusive reconhecida pela ANA, que efetivamente representa diretamente a agricultura irrigada nos comitês das bacias estadual e federal, além de outros órgãos, temos total convicção da legitimidade de nossa vocação para essa candidatura e, neste sentido, é que construir um processo de diálogo sensibilizar o colegiado”, argumenta ela.

O CRH

Criado em 1987, o CRH é composto por 33 conselheiros, sendo 11 membros de cada segmento: Estado, Município e Sociedade Civil – que é justamente onde a ASPIPP pleiteará a representação –. Ao órgão, competem as funções normativas e deliberativas relativas à Política Estadual de Recursos Hídricos; a definição da aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos d’água em classes de uso preponderante; o gerenciamento de possíveis conflitos entre os Comitês de Bacias. Outra atribuição de destaque e que, por sua vez, recai diretamente na agricultura irrigada, diz respeito questão de estabelecimento dos limites condicionantes para fixação dos valores para cobrança pela utilização dos recursos hídricos. Um assunto de máxima relevância para a ASPIPP e seus associados. **(Da Redação)**

ASPIPP participa da oficina de implantação do Centro de Desenvolvimento Regional



Articulada por órgão do Governo Federal, iniciativa pode criar arranjos produtivos para Sudoeste Paulista

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, realizou no último dia 4, em Itapeva (SP), a oficina de orientação para a criação do Centro de Desenvolvimento Regional do Sudoeste Paulista. A ASPIPP foi representada no evento pela sua diretora Executiva, Priscila Silvério Sleutjes.

A iniciativa reuniu representantes de 25 municípios da região, dentre os quais, os prefeitos Luiz Antônio Hussne Cavani (Itapeva), Marcos Citadini (Capão Bonito) e Simone Marquette (Itapetininga), o deputado Federal Vitor Lippi (PSDB), além da comunidade acadêmica, representada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec).

Articulação e desenvolvimento

Durante o encontro, foram discutidas estratégias, diretrizes e alvos prioritários do desenvolvimento de cada região, de forma a permitir que, na próxima rodada, os atores locais elaborem uma car-

teira de projetos e iniciativas concretas em apoio ao desenvolvimento daquelas regiões.

A proposta é articular com atores locais do governo, de universidades, institutos federais, associações e institutos de pesquisa, além de empresários, o desenvolvimento do território. A implantação dos centros é orientada por meio de oficinas que são conduzidas com base em uma metodologia desenvolvida pelo próprio CGEE.

Iniciativas

Além de Itapeva, outras unidades no âmbito desse projeto também estão sendo implantadas como pilotos nos municípios de Campina Grande (PB) e Bagé (RS). Contudo, ainda deverão ser contemplados com essa iniciativa a capital Brasília (DF), os municípios do Triângulo Mineiro e uma macrorregião no Norte do país. Apoiam a ação instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados. **(com informações CGEE)**

ESPAÇO OPINIÃO

"O eSocial e as relações de emprego na era da informação digital"

por Elaine Cândido



"POSSO dar um ParPite?"

Dentro das consultorias que prestamos às empresas, muitas pessoas tem nos procurado para obter informações acerca do eSocial, que começa a ser implantado pelo Governo Federal já no próximo mês, ou seja, a partir de janeiro de 2018. Mas, afinal de contas, qual é o impacto que esta iniciativa trará para os diversos segmentos do setor produtivo – e nesta esteira, incluem-se os produtores irrigantes do Sudoeste Paulista –? Pensando em esclarecer esta e outras tantas dúvidas, selecionamos aqui sete perguntas que recorrentemente nos são realizadas, as quais responderemos por meio deste artigo. São elas:

1) O que é o eSocial?

Trata-se de um ambiente público consorciado e preparado para receber todas as informações relativas a vida do trabalhador, o qual já vem sendo chamado de "nota fiscal eletrônica trabalhista". A ideia do eSocial surgiu pela primeira vez no ano de 2010 por iniciativa da Receita federal, com o objetivo inicial de substituir a Gfip e receber a folha de pagamento das empresas. Com a vinda do Ministério do Trabalho, da Caixa e do INSS para integrar o grupo de trabalho do sistema, o projeto do eSocial teve o escopo ampliado para todos os eventos que envolvem a vida do trabalhador e sua conclusão teve a participação coletiva, inclusive da sociedade civil organizada e de 100 empresas piloto.

2) O eSocial é mais um encargo para pagar?

O eSocial não cria nenhuma obrigação nova, apenas implanta um novo formato para o empregador prestar informações daquilo que já existe,

atendendo, portanto, ao princípio da eficiência.

3) O que vai mudar?

Atualmente as informações são prestadas de forma redundante em diversos momentos e plataformas (FGTS, Previdência Social, Receita Federal, Gfip, Caged, Rais, CAT, livro de registro de funcionários, comunicação de dispensa, DIRF, DCTF, etc...). Com o eSocial, as informações serão prestadas uma única vez e num único canal, visando eliminar erros, conferindo praticidade e agregando qualidade nas informações prestadas.

4) O que o Governo espera com isso?

Como dito anteriormente, com base no princípio da eficiência, o Governo pretende eliminar erros, obter mais transparência e, de quebra, aumentar a percepção dos riscos, o que otimizará as fiscalizações, visto que haverá grande exposição de informações das empresas por meio da plataforma.

5) No que o sistema pode complicar para o empregador?

Atualmente é possível para as empresas prestar informações e emitir suas guias de tributos, mesmo se houver erros ou inconsistências nas informações prestadas. Porém, a partir da implantação do eSocial, isso não será mais possível, visto que haverá barreiras para que a informação só entre se for devidamente compreendida pelo sistema, o que significa dizer que as empresas não conseguirão cumprir com suas obrigações. Os bloqueios na recepção das informações podem ocorrer por diversos motivos, desde os mais simples, tais como, erros no nome e número de documentos, até por razões mais graves, como o descum- (...)

(...) primento da legislação. Veja uma situação hipotética: se o setor de RH comunica ao seu gestor que um funcionário precisa entrar em férias e, após sua concordância, lança as informações no eSocial; Se, após alguns dias, o gestor precisar daquele funcionário e, assim, o convoca para trabalhar no período de férias; Se o funcionário estiver trabalhando neste período de gozo de férias e sofrer algum acidente de trabalho e necessitar da emissão da CAT, ela não poderá ser emitida, visto que, para o sistema, aquele funcionário não deveria estar trabalhando. Com informações expostas, a fiscalização será ainda maior.

6) O que fazer para evitar dissabores?

Considerando o exemplo mencionado anteriormente, o que estamos recomendando aos nossos clientes é afinar a sintonia e a integração das informações entre todos os departamentos da empresa, pois será necessária uma matriz de comunicação eficiente entre RH, segurança e saúde no trabalho, jurídico, contratos, contábil e fiscal. A outra recomendação e, neste caso, seguimos a experiência de José Maia, que é auditor fiscal do trabalho, é necessário que as empresas invistam em capacitação humana para trabalhar neste novo modelo, avaliando os riscos e se preparando. Assim, é importante a formação de grupos de trabalho para implantação, revendo todos os procedimentos atuais, lendo o manual e vendo o *layout* do eSocial, bem como discutindo as formas de integração entre as diversas informações existentes e que deverão ser prestadas, com especial atenção aos dispositivos alterados pela reforma

trabalhista.

7) A implantação será de uma vez ou haverá prazos para adequações?

Ponto primordial: pelo que temos ouvido de alguns colegas especialistas, não haverá prorrogação no prazo de implantação, que, aliás, já tem um cronograma bem definido: Em janeiro de 2018 começam as empresas que tiveram faturamento superior a 78 milhões de reais em 2016; em julho de 2018, para as demais empresas, exceto para órgãos públicos (claro!), que, por sua vez, terão até janeiro de 2019 para se adequar. Dentro das datas programadas, também haverá a implantação por fases, ou seja, no primeiro mês, com início da obrigatoriedade do envio dos eventos da empresa; no terceiro mês, fica obrigatório o envio dos eventos dos vínculos; no quinto mês, começam o envio dos eventos de folha e, finalmente, no sétimo mês, a substituição da GFIP.

Como o leitor pode observar, a implantação do eSocial é tema da mais absoluta importância e urgência, especialmente para empresários e empregadores brasileiros, pois, a intenção verdadeira do governo é expandir para 100% a fiscalização, que hoje atinge somente 3% das empresas, além de garantir a integração entre todas as informações numa única plataforma. Portanto, caso ainda não tenha conversado com o seu contador, faça-o rapidamente. Converse e evite dissabores.

***(Elaine Candido é advogada e proprietária da Cândido Gagliano Advocacia, escritório com atuação em consultoria empresarial)**

Valeu irrigante!

Que nas lavouras da vida nunca faltem as preciosas gotas da gratidão pela dádiva de semear e colher, pela força e disposição de lutarmos por um mundo melhor. Que a luz divina guie nossas decisões e corações em 2018, quando estaremos juntos celebrando novas conquistas!



aspipp
boas festas!